

Prezados!

De acordo com reunião da Coordenadoria dos Cursos na Modalidade EJA , realizada dia 06 de agosto de 2020, sob a pauta de análise das “DIRETRIZES PARA O DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES PEDAGÓGICAS NÃO PRESENCIAIS NO IFSUL ADOTADAS EM RAZÃO DA PANDEMIA (COVID-19)”, o grupo de professores se manifesta de forma **CONTRÁRIA** à aprovação pelo CONSUP do documento.

Justifica-se:

- I- Pelo pouco tempo hábil para discussões nas coordenadorias e possíveis adequações do documento.
- II- Pelo momento atual de elevação no número de pessoas infectadas pela COVID-19 na nossa região inviabilizando, assim, o acesso de servidores e estudantes ao Câmpus para realizar atividades, visto que, ainda não temos o Plano de contingenciamento.
- III- Pela falta dos resultados totais da Pesquisa realizada com estudantes do Câmpus Pelotas para termos os números de quantos estudantes não possuem acesso tecnologia (computadores/tablets/ internet), espaço físico nas suas residências para realização das atividades remotas e ainda autonomia para realização destas atividades.
- IV- Pela contradição que o documento apresenta entre os Princípios norteadores e o Desenvolvimento de APNP nos Câmpus, tais como:

TÍTULO II DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 2º. No desenvolvimento de atividades pedagógicas não presenciais no IFSul, deverão ser considerados nos processos de ensino e de aprendizagem, os seguintes princípios fundamentais:

I. A preservação da saúde física e mental de toda a comunidade acadêmica e profissionais de serviços terceirizados; II. A participação democrática e equitativa de todos os segmentos acadêmicos da comunidade nas definições gerais referentes ao desenvolvimento das atividades pedagógicas não presenciais; III. A acessibilidade e a inclusão na perspectiva do desenho universal¹ ; IV. O acesso, a permanência e o êxito de estudantes; V. A garantia da histórica e reconhecida qualidade nos processos de ensino e de aprendizagem da Instituição;

E o exposto no Título III Art. 4º que **GARANTE** o acesso a dispositivos de tecnologia e o Título VI Art. 17 onde cita que em caso de impossibilidade de acesso aos recursos os Câmpus poderão destinar um espaço para os estudantes realizar as atividades.

Art. 4º. O IFSUL garantirá acesso a dispositivos de tecnologia da informação para estudantes em situação de vulnerabilidade social , visando atender às condições de continuidade do processo educativo no contexto de uso das APNP. § 1º - Para o cumprimento do caput deste artigo serão disponibilizados, aos estudantes em situação de vulnerabilidade social,

dispositivos computacionais capazes de atender as demandas dos componentes curriculares aos quais estes estudantes estão matriculados e, mediante a disponibilidade da infraestrutura de redes da região, acesso à Internet compatível com a realização das APNP.

Depois temos no Título VI Art. 17

- DIRETRIZES PARA O DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES PEDAGÓGICAS NÃO PRESENCIAIS NO IFSUL ADOTADAS EM RAZÃO DA PANDEMIA (COVID-19) “ Em caso de impossibilidade de acesso aos recursos de tecnologia da informação, os câmpus e ou CREPT poderão destinar um espaço para e estudantes visando o desenvolvimento das APNP, sem prejuízo à responsabilidade da instituição de oferta dos recursos tecnológicos.”

- V- Pela ausência de um Plano de Inclusão Digital para os estudantes em situação de vulnerabilidade social, cotistas e da modalidade EJA/EPT.
- VI- Pela necessidade da suspensão do Calendário Acadêmico para planejamento e organização de atividades/projetos de ensino com objetivo de incluir o nosso corpo discente.
- VII- Pela necessidade de garantir no documento a Unidade Institucional.
- VIII- Pela necessidade de uma revisão do texto, por órgão ou comissão própria, para verificar a harmonia entre as normativas internas e externas ao IFSul e o texto das Diretrizes.

Então, a Coordenadoria dos Cursos na Modalidade EJA/EPT se posiciona de forma contrária à aprovação pelo CONSUP do documento “DIRETRIZES PARA O DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES PEDAGÓGICAS NÃO PRESENCIAIS NO IFSUL ADOTADAS EM RAZÃO DA PANDEMIA (COVID-19)” em sua forma atual e sugere, que ele seja reavaliado e discutido de forma ampla na comunidade, com objetivo de construirmos possibilidades de APNPs, de forma razoável com tempo de maturação de ideias e organização pedagógica. Consideramos que essas decisões não podem ser tomadas de forma aligeirada pela complexidade que envolvem principalmente pela necessidade de garantir a oferta da educação de qualidade e inclusiva que é o marco fundamental da nossa instituição.

Profª Lílian Dilli Gonçalves
Coordenadora dos Cursos na Modalidade EJA